



MULHERES ENCARCERADAS: UM MAPEAMENTO SOBRE COMO SÃO RETRATADAS NO PAÍS E AS CONDIÇÕES QUE ENFRENTAM

Maísa Lúcio Lima¹, Gilmara Aparecida Rosas Takassi²

¹Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Ponta Grossa-PR, Programa Voluntário de Iniciação Científica da UniCesumar PVIC/UniCesumar. maisaluciolima@gmail.com

²Orientadora, Mestre em Ciências Jurídicas, Universidade Cesumar - UNICESUMAR, gilmaratakassi@hotmail.com

RESUMO

Considerando o aumento da criminalidade feminina, de acordo com dados do (INFOPEN, 2014, 2019), o presente estudo busca apresentar um mapeamento sobre pesquisas científicas acerca das condições das mulheres encarceradas no Brasil, identificando quais temáticas vêm sendo abordadas a respeito da criminalidade feminina, suas relações familiares após o encarceramento, seu perfil e sobre políticas públicas existentes para esse público. Para isso, será utilizada a pesquisa do estado do conhecimento a partir de sites oficiais governamentais e repositórios como Scielo, portal de periódicos, teses e dissertações da CAPES e IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a fim de levantar dados e estudos produzidos nos últimos 05 (cinco) anos. O resultado quantitativo da pesquisa, consistente em artigos, teses e dissertações, inicialmente será tabulado, para em momento posterior ser analisado qualitativamente. Espera-se, a partir desse trabalho, ampliar o conhecimento acerca do atual estado da pesquisa científica e demais dados acerca da situação das mulheres brasileiras em situação de cárcere, bem como apresentar o tema para o debate acadêmico universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Criminalidade feminina; Liberdade; Cárcere.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Morosini e Fernandes (2014) a pesquisa no estado do conhecimento é a “identificação, registro e categorização” sobre o entendimento já existente em determinada área e assunto, em certo período de tempo, uma vez que existe um apanhado de dados e consequências já apresentadas anteriormente em diversas áreas do conhecimento, sob várias perspectivas.

No mesmo entendimento, Soares e Maciel (2000) apontam que esse tipo de pesquisa é mais limitada, uma vez que trata de solucionar questões como em que circunstâncias e proporções se desenvolvem determinados estudos, dado seu local e data de produção. Ainda, afirmam que é relevante identificar sobre quais condições as referências teóricas vêm sendo abordadas na sustentação de suas teses.

A partir disso, estudos anteriores sobre a temática proposta, consideram suas pesquisas tendo em vista a vivência masculina na área criminal, justificando-se por conta de serem, em número, maiores que as mulheres. Baseado nisso, entrevistas e estudos realizados em sua grande maioria com os homens, apresentam questões-problema que estes desejariam que fossem debatidas (HARDING, 1987).

Dessa forma, perfaz-se a necessidade de mapear a pesquisa acadêmica acerca da abordagem dos demais pesquisadores brasileiros, no que tange a experiência vivenciada pelas mulheres, a forma com que vêm sendo analisado esse tema sob a ótica desses pesquisadores e pesquisadoras.

Horst e Arguello (2020) abordam alguns aspectos desta temática como a condição dessas mulheres como chefes de família e mães que acabam entrando em contato com a lei pelo crime de tráfico de drogas, as consequências em relação à criação de seus filhos e a ausência de companheiros que tinham até o momento da prisão.



Trabalhando as informações acima expostas em conjunto com a violência de gênero e o machismo estrutural existente na vida da mulher brasileira, é importante destacar as causas que julgam ser a explicação de terem violado a lei, já que uma grande parcela confessa ter sido presa ao tentar traficar drogas para companheiros já detidos, no estabelecimento prisional, reafirmando que só estão na condição atual por conta de outrem (VARELLA, 2017).

Pretende-se como objetivo específico apresentar as circunstâncias e consequências nas relações familiares e afetivas dessas mulheres após serem presas, bem como identificar qual o suporte que recebem por parte do Estado dentro do estabelecimento prisional, na qualidade de políticas públicas, desde o tratamento com sua saúde ou medidas de ressocialização e oferta de trabalho para remir a pena.

Para isso, a pesquisadora buscará mapear estas pesquisas, em âmbito nacional realizando busca em sites oficiais e repositórios de pesquisa como Scielo, portal de periódicos, teses e dissertações da CAPES, IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a fim de aferir a obtenção de dados, produzidos nos últimos 05 (cinco) anos que tratem da temática de mulheres encarceradas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa será desenvolvida sob metodologia de busca do estado do conhecimento a partir de sites oficiais governamentais e repositórios como Scielo, portal de periódicos, teses e dissertações da CAPES, IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a fim de levantar dados e estudos produzidos nos últimos 05 (cinco) anos. O resultado quantitativo da pesquisa, consistente em artigos, teses e dissertações, inicialmente será tabulado, para em momento posterior ser analisado qualitativamente para a fundamentação do presente artigo.

A partir disso, é importante ressaltar que a diferença entre a pesquisa quantitativa e qualitativa. Sendo esta, o tipo de estudo que leva em consideração as vivências e concepções do indivíduo, como fator relevante para a obtenção do resultado final; já aquela, prende-se a uma abordagem onde as experiências são distanciadas do pesquisador, assumindo um caráter mais objetivo, e aproximando-se da estatística em si (CRESWELL, 2014; NEWMAN e BENZ 1998; SACCOL, 2009).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados pesquisados, espera-se contribuir com o debate acadêmico e científico acerca do tema encarceramento feminino, visibilizar as vulnerabilidades dessa parcela da população carcerária, identificar quais as políticas públicas já existentes e instigar a pesquisa acadêmica, a fim de emergir ideias e soluções de enfrentamento do problema, com intuito de minorar os impactos sociais e pessoais do encarceramento feminino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o presente estudo, ainda em andamento, demonstra que o sistema de justiça tradicional criminal é importante, todavia é necessário que ocorra uma mudança nessa estrutura, repensando a dignidade dessas mulheres enquanto seres humanos, livre dos estigmas e opressões sociais que enfrentam no período pós-custódia.



Tendo em vista que a sociedade adota um posicionamento crítico dotado de pré-conceitos com viés negativista, que advém da existência do patriarcado estrutural. Com isso, é importante expor a necessidade de desfazer esse pensamento, mesmo que vagorosamente, por meio da educação e conscientização da população como um todo.

REFERÊNCIAS

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres Arguello; HORST, Juliana de Oliveira. "Chega de silêncio". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e58350, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 11 jul. 1984.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

DEPEN. **população prisional por gênero**: período de julho a dezembro de 2019, 2019. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZWl2MmJmMzYtODAzMC00YmZiLWI4M2ltNDU2ZmlyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 30 mar. 2022.

HARDING, Sandra (Org.). Feminism and methodology Indiana. **Indiana University Press**, 1987. p. 1-14.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: infopen - dezembro 2014. Infopen, 2014. Disponível em:
http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen_dez14.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito: ensaio**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul. 2014.

NEWMAN, I., Benz, C. R. **Qualitative-quantitative research methodology**: exploring the interactive continuum Carbondale, IL: Southern Illinois University Press, 1998.

VARELLA, Dráuzio. **Prisoneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009. Doi: 10.5902/198346591555.

SOARES, M; Maciel, F. **Alfabetização**. Brasília: MEC/INEP, 2000. (Série Estado do Conhecimento).